

# DIREITO DOS RECURSOS NATURAIS E DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Ano Letivo 2018/2019

Prof. Doutor RICARDO BRANCO

## PROGRAMA

### I. OBJETO/OBJETOS DA DISCIPLINA E MÉTODO

- 1. Direito dos recursos naturais e das energias renováveis: o enlace dos recursos naturais e das energias renováveis numa única disciplina jurídica e as razões do mesmo**
- 2. Conceito e classificações dos recursos naturais**
  - 2.1. O conceito de recursos naturais e a distinção de figuras afins
  - 2.2. Classificações dos recursos naturais
    - 2.2.1. Classificação quanto ao conteúdo
      - 2.2.1.1. Recursos geológicos
        - 2.2.1.1.1. Rochas, com uso ornamental ou de extração de inertes
        - 2.2.1.1.2. Minérios e depósitos minerais
        - 2.2.1.1.3. Águas minerais naturais e minero-industriais, com uso na alimentação humana e no termalismo
        - 2.2.1.1.4. Fluidos e formações geológicas do subsolo de temperatura elevada, que pela sua raridade, alto valor específico ou importância na aplicação em processos industriais, se revestem de valor para a economia, com uso nomeadamente energético
      - 2.2.1.2. Recursos pedológicos, i.e., solos (categoria que inclui os elementos minerais, matéria orgânica, organismos vivos, ar e água presentes na camada superficial da Terra) que, pelas suas características naturais ou modificadas, se revestem de interesse agro-florestal
      - 2.2.1.3. Recursos hídricos
      - 2.2.1.4. Recursos biológicos, incluindo organismos, populações ou qualquer outro tipo de componente biótico dos ecossistemas de valor ou utilidade atual ou potencial para a humanidade, nomeadamente por propiciarem a regulação química da atmosfera, a regulação da biodiversidade, a proteção dos solos, a exploração económica da floresta, a caça/pesca/aquicultura, usos medicinais, e a produção de energia (biomassa)
      - 2.2.1.5. Recursos climáticos com funcionalidades no domínio da produção de energia (eólica, solar e fotovoltaica)
        - 2.2.1.5.1. Radiações solares
        - 2.2.1.5.2. Vento
        - 2.2.1.5.3. Chuva e temperatura
    - 2.2.2. Classificação quanto à disponibilidade: recursos naturais renováveis e não renováveis/finitos ou esgotáveis, consoante possam ser, ou não, regenerados num horizonte temporal economicamente significativo, independentemente de qualquer intervenção humana
    - 2.2.3. Classificação quanto à importância estratégica: recursos naturais de importância estratégica global, supranacional, nacional, regional e local
- 3. As energias renováveis como funcionalidade produzida pelos recursos naturais com conteúdo apto à produção de energia e disponibilidade renovável**
- 4. A teleologia do Direito dos Recursos Naturais e das Energias Renováveis: proteção do ambiente e sustentabilidade ambiental, sua proteção internacional e constitucional**
- 5. O método: das classificações e funcionalidades dos recursos naturais para os respetivos regimes jurídicos**

## **II. OS REGIMES JURÍDICOS APLICÁVEIS AOS RECURSOS NATURAIS NÃO PRODUTORES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS**

### **1. Recursos geológicos**

- 1.1. O regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional
- 1.2. O regime jurídico aplicável à atividade de pedreiras
- 1.3. A necessária conjugação com o regime jurídico da utilização do domínio público terrestre

### **2. A Lei da Água ([Lei n.º 58/2005](#), de 29 de dezembro) e no Regime de Utilizações dos Recursos Hídricos ([Decreto-Lei n.º 226-A/2007](#), de 31 de maio)**

### **3. O regime jurídico da exploração de hidrocarbonetos**

### **4. O direito venatório**

## **III. EM ESPECIAL: O DIREITO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS**

### **1. Enquadramento internacional e da União Europeia**

### **2. As tendências da política legislativa nacional: fomento da produção de energias renováveis, seus avanços e recuos**

### **3. A produção de eletricidade em regime especial**

- 3.1. Regime procedimental autorizativo
- 3.2. O dualismo de remuneração da produção de eletricidade em regime especial
  - 3.2.1. Remuneração ordinária
  - 3.2.2. Remuneração garantida: suas evolução, recondução ao regime dos auxílios de Estado e recente diminuição ou supressão

### **4. Em especial:**

- 4.1. O regime das centrais eólicas
- 4.2. O regime da produção de electricidade a partir da energia das ondas
- 4.3. O regime das centrais fotovoltaicas
- 4.4. O regime das centrais mini-hídricas
- 4.5. O regime das centrais dedicadas a biomassa florestal
- 4.6. O regime dos biocombustíveis

## **IV. A NATUREZA DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS ESTUDADOS NO DIREITO DOS RECURSOS NATURAIS E DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS**

### **1. Instrumentos dominiais**

### **2. Instrumentos de estrita polícia administrativa**

### **3. Instrumentos de contratação pública**

### **4. Instrumentos fiscais**

## BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (coord. Carla Amado Gomes), *O Direito da Energia em Portugal: cinco questões sobre o "estado da arte"*, e-book do ICJP, 2016, disponível em [http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook\\_energia\\_2016\\_icjp\\_pt.pdf](http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_energia_2016_icjp_pt.pdf)

AA. VV. (coord. Suzana Tavares da Silva), *Estudos de Direito da Energia* n.º 0, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014, edição da Imprensa da UC de 2017, em particular, os seguintes artigos:

ARAGÃO, Alexandra, *Energia renovável sustentável: como superar o paradoxo energético*

CARVALHO, Ana Celeste, *Uma relação pouco harmoniosa: o Ambiente e as actividades de Produção, Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica*

AA. VV., *Temas de Direito da Energia*, Cadernos *O Direito* n.º 3, Coimbra, Almedina, 2008, em particular, os seguintes artigos:

MONIZ, Ana Raquel Gonçalves, *Energia eléctrica e utilização de recursos hídricos*

GOMES, Carla Amado, *O regime jurídico da produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis: aspectos gerais*

GONÇALVES, Pedro, *As concessões no sector eléctrico*

MIRANDA, João, *O regime jurídico de acesso às actividades de produção e de comercialização no sector energético nacional*

SARAIVA, Rute/ ALEIXO, Nuno, *Energia e desenvolvimento sustentado. O caso das energias renováveis e da eólica em especial em Portugal*

SILVA, Suzana Tavares da, *O MIBEL e o mercado interno da energia*

AA.VV. (coords. J. C. Vieira de Andrade/R. Figueiredo Marcos), *Direito do Petróleo*, Coimbra, Faculdade de Direito de Coimbra – Instituto Jurídico, 2013.

ABECASIS, Duarte/FREITAS, Lourenço Vilhena de, *A inconstitucionalidade da aplicação da Portaria n.º 243/2013, de 2 de Agosto aos centros electroprodutores em regime especial sujeitos a regimes de remuneração garantida anteriores ao Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de Outubro*, in *e-Pública Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 1, 2014, disponível em <http://e-publica.pt>

AMARO, António Leitão, *Regime jurídico da micro-geração*, in *Actas do Colóquio – Ambiente & Energia* (coords. C. AMADO GOMES/T. ANTUNES), e-book do ICJP, 2011, disponível em [https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/ebook\\_ambienteenergia\\_completo\\_isbn.pdf](https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/ebook_ambienteenergia_completo_isbn.pdf)

BASTOS, Fernando Loureiro, *A internacionalização dos recursos naturais marinhos: contributo para a compreensão do regime jurídico-internacional do aproveitamento conjunto de petróleo e de gás natural nas plataformas continentais, do potencial aproveitamento de recursos minerais na área, da pesca no alto mar e os efeitos da regulamentação convencional respectiva em relação a terceiros Estados*, Lisboa: AAFDL, 2005.

CASTRO, Paulo Canelas de, *The global challenge of sustainable water management: international and European Union law responses*, in *Temas de Integração* n.º 25(1.º sem. 2008), pp. 95-133.

DELGADO, Joana Albernaz, *Histórias da terra e do mar: pensar o ordenamento do espaço marítimo no quadro do ordenamento do território*, in: *Direito do Mar: Novas Perspetivas* (coords. M. G. Garcia/A. Cortês/A. Rocha), Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016, pp. 155-205.

FREITAS, Lourenço Vilhena de, *Direito Administrativo da Energia – Introdução*, Lisboa: AAFDL, 2013.

GOMES, Carla Amado, *O ambiente como objecto e os objectos do direito do ambiente*, in *Revista jurídica do urbanismo e do ambiente* n.ºs 11-12 (Jun.-Dez. 1999), pp. 43-68.

GOMES, Carla Amado, *Responsabilidade intergeracional e direito ao (ou dever de?) não uso dos recursos naturais*, in *Revista do Ministério Público* 37:145 (Jan.-Mar. 2016), pp.75-99.

GOMES, Carla Amado/FRANCO, Raquel/CALADO, Diogo, *Energias Renováveis em Portugal: Evolução e perspectivas*, in *e-Pública Revista Electrónica de Direito Público*, número 1, 2014, disponível em <http://e-publica.pt>

HÖHN, Hans-Joachim, *Natur und Gesellschaft: perspektiven einer ökologischen soziaethik*, in *Revista portuguesa de filosofia* 5:3 (2003), pp. 743-762.

KAHN, J. R., *The Economic Approach to Environmental and Natural Resources*, 2.<sup>a</sup> ed., The Dryden Press, Fort Worth, 1997.

MONIZ, Ana Raquel Gonçalves, *Do aproveitamento dos recursos naturais da orla costeira*, in *Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente* 12:24 (2009), pp. 37-56.

RAMOS-PEREIRA, A./Zêzere, J.L./Morgado, P., *Os Recursos Naturais Em Portugal: Inventariação E Proposta De Um Modelo Geográfico De Avaliação*, texto disponível em <http://www.apgeo.pt/files/docs/CD X Coloquio Iberico Geografia/pdfs/089.pdf>

ROSENBLUM, Jonathan, *Defining nature as a common pool resource*, in *Environmental law and contrasting ideas of nature: a constructivist approach* (ed. Keith H. Hirokawa), Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 47-63.

SILVA, Suzana Tavares da, *Direito da Energia*, Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

SILVA, Suzana Tavares da, *O Uso de Recursos Renováveis na Energia. A revisitação do princípio jurídico-constitucional da protecção da confiança legítima dos investidores a pretexto dos modelos de financiamento da produção de energia eléctrica a partir de FER*", in AA. VV. (coord. Suzana Tavares Da Silva), *Desafios Actuais em Matéria de Sustentabilidade Ambiental e Energética*, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 73-95.

SILVA, Suzana Tavares da, *O princípio da sustentabilidade económica e financeira do sistema eléctrico liberalizado sob regulação especial*, in *Actas del XI Colóquio Hispano-Portugués de Direito Administrativo*, 2015, pp. 93-112.

SILVA, Suzana Tavares da, *Sustentabilidade energética: entre os direitos subjectivos e a juridicização das políticas públicas*, in AA. VV. (coords. Isabel Maria Freitas Valente/Ana Maria Reis Ribeiro), *Ambiente, Energias e Alterações Climáticas – III. Ambiente e desenvolvimento sustentável. A nossa escolha, o nosso futuro!*, n.º 3 da Coleção Ambiente, Energias e Alterações Climáticas, coord. de Isabel Maria Freitas Valente e Ana Maria Reis Ribeiro. Aveiro (artigo disponível *on-line*).

SILVA, Suzana Tavares da/Soares, Cláudia Dias, *Direito das Energias Renováveis*, Coimbra: Almedina, 2014.

VIOQUE, Roberto Galán, *El uso de recursos renovables en la energia*, in AA. VV. (coord. Suzana Tavares Da Silva), *Desafios Actuais em Matéria de Sustentabilidade Ambiental e Energética*, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 97-124.